
Instituição e burocracia: reconsiderações conceituais

Lucas de Matos

Mestrando do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas - Universidade
Tuiuti do Paraná

Resumo

Com a crescente fomentação da tecnologia, vemos também uma abertura para as críticas sociais, mesmo que sem uma devida orientação teórica para sustentar tal fim. Ao mesmo tempo se observa a mutação dos procedimentos burocráticos nos vários organismos, no entanto pouco se sabe sobre os conceitos de burocracia e de instituições. Nosso intento neste artigo é revisitar as definições atribuídas às instituições e burocracia e desmistificar o seu uso comum. O objetivo consiste em explanar de uma forma mais conceitual o modo de gestão através da burocracia, conotação esta que está permeada de significados além da sua função principal que é a moldagem do indivíduo inserido numa ordem social estamentada. Esta hierarquia condiciona a prática educacional a cumprir regras que não são necessariamente direcionadas ao indivíduo. Partindo do pensamento de que a burocracia teria um caráter mais amplo do que o enquadramento do **indivíduo** para uma vivência social, aprofundaremos conceitos - tradicionais e modernos - que nos permitem entender as várias nuances do que seja a burocracia no seu contexto teórico.

Palavras-chave: Instituições. Burocracia. Vivência Social. Conceitos.

Abstract

With increasing fostering of technology, we also see an opening to social criticism, even without a proper theoretical guidance to support this end. At the same time observing the changing bureaucratic procedures in various organisms, but little is known about the concepts of bureaucracy and institutions. Our intent in this article is to revisit the definitions assigned to institutions and bureaucracy and demystify the common usage. The goal is to explain in a more conceptual way of managing through the bureaucracy, this connotation that is permeated with meanings beyond its main function is to insert molding of the individual in a social order estamentada. This hierarchy determines the educational practice to comply with rules that are not necessarily directed to the individual. Starting from the idea that the bureaucracy would have a broader character than the individual framework for a social life, deepen concepts - traditional and modern - that allow us to understand the various nuances of what the bureaucracy in its theoretical context.

Keywords: Institutions. Bureaucracy. Living Social. Concepts.

Introdução

O Estado burocrata se concretiza pelo uso de uma série de atividades que são prestadas através dos estabelecimentos públicos nos quais se inserem a educação, a saúde, a segurança, etc., e que constituem o ponto chave da prestação de serviços do Estado.

Tais procedimentos, pela importância e necessidade social que expressam, deveriam por regra, serem realizados de forma ágil, eficiente e com qualidade, no entanto, devido ao sistema burocratizante que os permeiam tornam-se em parte deficientes, morosos e com baixo padrão de qualidade.

O sistema burocrático imposto pelo Estado condiciona e obriga a implantação de um modelo que está alheio à realidade, e que manifesta sob a ação da educação deficitária o acúmulo de serviços para o funcionário público, que além do trabalho factual, são obrigados a executarem uma série de tarefas extremamente burocratizadas que eleva a carga laboral sem uma total eficiência produtiva.

O referido artigo pretende reconsiderar os termos burocracia e instituição, formular um parâmetro entre o que entendemos por burocracia, instituição e a característica formal e acadêmica do que estes conceitos representam e suas funcionalidades frente à sociedade e o Estado.

1 O que é instituição legal e burocracia

Segundo o historiador R. Descimon (Dicionário das Ciências Históricas, 1993, p.443), no vocabulário contemporâneo, as instituições designam a constituição da República, ou mais tecnicamente, o conjunto de regras e de órgãos que fixam a organização de um setor da vida pública, ou, mais amplamente, “o conjunto das formas sociais fundadas pela lei ou pelo costume [...]”.

Portanto, a partir dessa definição tem-se uma visão quanto à leitura contemporânea do conceito histórico de instituição que pode ser visto por leigos ou estudiosos do assunto como um conjunto de ações ou grupos que exercem um papel social, e que é controlado por leis e costumes.

Em primeira instância torna-se importante distanciar as relações de grupos, organizações e instituições, diferenciando estes para que não haja

enganos quanto ao real sentido de instituição. Os grupos humanos se enquadram em papéis variáveis e são agrupados de acordo com a proximidade de pensamento ou o interesse por temas com o mesmo conteúdo, seja ele político, social, ou comercial.

Já as organizações são conjuntos unidos por um objetivo comum, porém, empregam ordens de cunho escrito e estão embasadas em uma corrente ou um desejo que a aproxima muito da instituição, que por sua vez, denota um caráter legal frente ao Estado não encontrado nos grupos e organizações. Sendo assim pode-se entender a instituição como uma organização que se ampara no campo legal e que tem por função a existência de um quadro real de valores e regras pré-estabelecidas.

Paralelamente tem-se a ocorrência do primeiro ponto de intersecção de matérias afins, abrindo assim uma discussão interdisciplinar, dando a contribuição sociológica quanto aos conceitos estudados passando ao conceito burocrático.

A burocracia separa-se da sociedade, tanto da classe governante quanto das massas. Organiza-se dentro de um sistema institucional particular, no qual se desenvolvem vários procedimentos formais, um ethos e uma ideologia. Tudo isso se mostra como uma espécie de subcultura. A fonte de seu poder reside no fato de terem surgido funções de orientação e controle que as classes básicas da sociedade não podem preencher. “Geralmente, porém, a burocracia acrescenta

novas tarefas às funções historicamente necessárias (por exemplo, irrigação nas sociedades antigas), o que garante o aumento de seu poder sobre a sociedade” (HEGEDUS, 1996, p. 51).

O modelo de burocracia empregado pelo sociólogo Andras Hegedus no século XX está intimamente ligado com a teoria burocrática demonstrada pelo historiador R. Descimon, que exemplifica o sistema histórico de instituição. Os conceitos aliam-se, no que trata do ponto convergente quanto aos modelos burocráticos e institucionais, que são ações praticadas por grupos, e em ambos os casos também há a demonstração de que o uso da burocracia e das instituições está vinculado às relações de poder entre o Estado ou o grupo dominante e a classe menos favorecida.

Hegedus (1996) lança o conteúdo burocrático cotidiano como sendo a ação morosa ou a falta de aparato para o desenvolvimento das ações relacionadas ao Estado ou ao uso de uma determinada gama de pessoas. No entanto, também enfatiza a urgência das classes de estarem baseadas na burocracia, da qual não podem viver sem.

A questão burocrática é institucional, e é a esse fator que Norberto Bobbio, em releitura de Max Weber, que trabalha no intuito de exemplificar e dar as formulações necessárias para os conceitos de burocracia e instituição, terminologias estas que nos

convém buscar diretamente em Max Weber e em fontes primárias de matérias afins.

Pensar a burocracia a partir da teoria de Max Weber denota uma posição diferenciada do conceito atual e culturalmente empregado sobre o modelo burocrático e sobre o próprio burocrata. Weber concebe a burocracia para uma Alemanha que está em processo de industrialização e mecanização pujante.

A forma mais racional de exercício de dominação, porque nela se alcança tecnicamente o máximo de rendimento em virtude de precisão, continuidade, disciplina, rigor, confiabilidade, intensidade, extensibilidade dos serviços e aplicabilidade formalmente universal a todas as espécies de tarefas. [...] toda nossa vida cotidiana esta encaixada nesse quadro. (WEBER, 1971, p. 145).

Portanto, pode-se dizer que para Weber a burocracia e a burocratização são fatores que levam a um aperfeiçoamento das técnicas de trabalho por regras e normas que regem o fazer. Segundo esta teoria a burocracia é um tipo de sistematização que tem por objetivo alcançar melhorias com o aprimoramento das técnicas e o controle de processos e pessoas.

Este aperfeiçoar é sem dúvida muito pertinente no pensamento de Weber que vive o momento de expansão da mecanização do trabalho na Alemanha, porém, o conceito de burocracia como acelerador do trabalho e ativador de uma funcionalidade mecânica

não provém deste período exclusivamente. Vê-se o uso da burocracia em civilizações na antiguidade, entre os romanos, chineses e egípcios, que tinham um controle hierárquico e burocrático sobre os seus limites e pertences, utilizando-se do funcionalismo estatal para produzir o instrumento burocrático e os seus estatutos.

No entanto, a burocracia apesar de estamentar e exigir o aprimoramento dos indivíduos nela inseridos, também tem por função a dominação inerente. O instrumento burocrático tem a função de dar poder ao Estado centralizando-o por meio de regras e hierarquias que são seguidas por meio de normas e regimentos.

Pode-se perceber a relação entre Estado e burocracia nas palavras de Tragtenberg:

[...] “as finalidades do Estado são as da burocracia e as finalidades destas transformam-se em finalidades do Estado. A Burocracia se serve do Estado inculcado nas camadas dominadoras e o Estado se serve dos aparatos burocráticos para assegurar suas formas de poder e dominação” (TRAGTENBERG, 1980, p. 24).

Segundo Pereira (1957), no antigo Egito e na Mesopotâmia, por exemplo, a água era controlada por funcionários públicos que tinham por função organizar a distribuição para os camponeses que não tinham uma organização estamentada.

Na visão de Weber, no momento em que a burocracia se encontra acentuada, tendo visto a necessidade de mão de obra especializada e de um funcionamento rápido eficiente e mecanizado, é possível de se perceber que esta burocratização está embasada na melhoria da técnica do indivíduo, esse que compete por um cargo no mercado de trabalho, e que por esta competição tem seu aprimoramento e tecnicidade maximizados, deixando de ser apenas aquele que sabe fazer, para ser o técnico no que sabe fazer.

Quanto mais complicada e especializada se torna a cultura moderna, tanto mais seu aparato de apoio externo exige o perito despersonalizado e rigorosamente “objetivo” em lugar do mestre das velhas estruturas sociais que era movido pela simpatia e preferências pessoais, pela graça e pela gratidão (WEBER, 1971, p. 251).

Observamos nas palavras de Weber que a burocratização, a sistematização e tecnicidade do indivíduo retiram deste os seus sentimentos, seus sentidos e vivências que antes eram regidos pela natureza ou pelas necessidades, e passando a exigir deste indivíduo uma sistematização que tem por função o controle de suas ações no tocante ao que faz como faz, e em quanto tempo faz.

Na tentativa de elucidar a dominação do Estado sobre os indivíduos Weber cria “os tipos de dominação”, que tem por objetivo estudar as formas pelas quais o

poder é afirmado e mantido. Weber cria três formas de dominação legítimas, que são: “o tipo carismático”, “o tipo tradicional” e “o tipo burocrático”. Segundo suas teorizações, estes tipos de dominação poderiam explicar as formas de subjugo e seus respectivos sucessos ou fracassos.

Destas nos convém discutir apenas o terceiro tipo: o burocrático.

O terceiro tipo é o racional-burocrático, voltado para o treinamento e transmissão do conhecimento especializado e corresponde ao tipo de dominação burocrático. Ela busca treinar os alunos para finalidades práticas, úteis à administração, tanto na organização das autoridades públicas, quanto, nos escritórios, oficinas, laboratórios, indústrias, exércitos disciplinados. (WEBER, 1971, p. 482).

É perceptível que o meio racional burocrático produz um ser que está voltado para o presente ou aos relativos à dominação e criação dos seguimentos burocráticos da sua área de abrangência social, e que seguem este estamento, pois foram “treinados” tecnicamente para assim o fazer sem objeções, fazendo assim funcionar a engrenagem total da sociedade sem se importar com seus conceitos ou desejos pessoais.

São justamente os sentimentos pessoais que o sistema burocrático tenta excluir por meio do tratamento metódico e frio das diversas exigências

e documentações. Weber relata que a burocracia se desenvolve mais perfeitamente quando é desumanizada e quando é eliminado o sentimentalismo e as relações pessoais que não podem ser calculados (WEBER, 1971, p. 251).

É importante relembrar o contexto no qual escreve Weber, este que vivencia o êxodo rural e a massificação das pessoas como mão de obra, também a pujante necessidade de organização e centralização dos governos e dos objetivos no intuito de criar o bem comum em uma Alemanha que está em processo de expansão moderna e capitalista.

Weber é filho de um advogado que desde cedo o influenciou para as relações humanistas, e moldou neste teórico o modo de ver a relação social do indivíduo com o meio, não apenas observando o exterior, mas sim criando mecanismos e olhares diferenciados, dando assim uma nova visão dos aspectos gerais da sociologia. E é com este pensamento que Weber relata:

A razão decisiva para o progresso da organização burocrática foi sempre a superioridade puramente técnica sobre qualquer outra forma de organização. O mecanismo burocrático plenamente desenvolvido compara-se as outras organizações exatamente da mesma forma pela qual a máquina se compara aos modos não mecânicos de produção. (WEBER, 1971, p. 249).

Para Weber uma sociedade burocratizada seria capaz de melhorar, de se adequar e de se desenvolver de melhor maneira que uma sociedade baseada no carisma ou na forma tradicional de poder.

As peças da grande máquina do desenvolvimento devem estar diretamente atreladas umas às outras trabalhando em um único objetivo, que é cooptado e ordenado em uma sociedade por suas formas hierárquicas e burocráticas de dominação.

Existem em um sistema, “chefes que filtram o que deve ser ordenado aos chefes” e “cegas engrenagens desprovidas de maioridade de pensamento” que seguem os mandos e as regras estatizadas deste sistema de cooptação e dominação sem contrariá-las, devido ao grande emaranhado social que as prende às relações de trabalho e técnicas desta sociedade.

Partindo do pensamento de Max Weber sobre a burocracia e o processo de maximização do trabalho a partir da sistematização dos meios de acesso público ou governamental, vê-se a construção de um ideal variante de burocracia que não está ligado ao ideal de senso comum, haja vista, que esta burocracia pregada por Weber, tem por função melhorar a funcionalidade das organizações e, automaticamente diminuir o tempo necessário para resolver determinada questão. Porém esta mesma burocracia que lança a sistematização mecânica em lugar das velhas relações também é fruto

da centralização do poder por parte do Estado, e é usada por ele para a manutenção do poder por meio do controle social efetivo.

Para Weber, o seu terceiro tipo: o burocrático que tem como função expressar a forma mais clara de dominação legítima, tendo em vista que é consentida pelo indivíduo que faz parte do meio burocrático, (WEBER, 1971, p. 251).

A capacitação do indivíduo em uma forma de cooptação dos valores burocráticos de dominação resulta em um processo de afirmação do poderio do Estado sobre o indivíduo e sobre suas funções, e este Estado só deixa ser definido pelo meio que lhe é peculiar, tal como é peculiar a todo agrupamento político, ou seja, a coação física, que em outras palavras significa que o Estado é o único que toma para si e com grande êxito o poderio do constrangimento moral e físico do indivíduo.

O domínio total da burocracia como poderio e controle, é bem perceptível dentro dos meios públicos “oficiais” (exército, escolas, hospitais), sendo na área militar o local no qual a burocracia se apresenta na sua forma mais pura.

Nas instituições militares os indivíduos não são pares para discussão das regras superiores, e os estatutos que regem o sistema burocrático são seguidos à risca com obediência de hierarquia e organização funcional,

que visa um melhor desempenho do indivíduo e *a posteriori* do grupo como um todo. Porém, no plano social civil ou comum também pode se identificar a dominação metódica do Estado, por meio de seus aparatos burocráticos no tocante as mais simples funções do dia-a-dia assim, como nos mostra Weber, [...] “toda nossa vida cotidiana está encaixada nesse quadro” (WEBER, 1998, p.145).

Enquadrado o sistema de governo e domínio por parte do Estado tem-se a legitimação do poder ou da dominação pelo uso da burocracia, ou seja, o Estado é burocratizado, e esta burocratização tem por função limitar os campos de ação de seus indivíduos, baseando-se no uso da violência simbólica, esta que está intimamente ligada à noção de Estado e poder.

Pode-se dizer que o Estado está dentro de um determinado local fronteiriço com regras pré-estabelecidas, sendo a única instância que se dá o direito de usufruir da violência em nome do bem deste. Para exemplificar este Estado mecanizado e sistematizado, Weber relata o que é a burocracia e qual é a sua ação sobre o Estado e automaticamente sobre o poder.

Rege o princípio da hierarquia de cargos e da seqüência de instâncias, isto é, um sistema fixamente regulamentado de mando e subordinação das autoridades, com fiscalização das inferiores pelas superiores— sistema que oferece, ao mesmo tempo, ao dominado a possibilidade fixamente regulamentada de apelar de uma autoridade

inferior à instância superior desta. Quando o tipo está plenamente desenvolvido, essa hierarquia de cargos está monocraticamente organizada. (WEBER, 1971, p.199).

Partindo-se da ideia de burocracia como síntese de um Estado organizado, temos as explicações de Karl Marx sobre o sistema burocrático e sua efervescência no tocante ao Estado, analisando também a vida conturbada da Alemanha.

A ‘burocracia’ é o ‘formalismo de Estado’ da sociedade civil. É a ‘consciência do Estado’, a ‘vontade do Estado’, ‘o poder do Estado’ enquanto corporação, isto é, como sociedade particular, fechada no Estado. (...) A burocracia é, portanto obrigada a proteger a generalidade imaginária do interesse particular a fim de proteger a particularidade imaginária do interesse geral. (MARX, 1843, p.71).

Em síntese, os relatos de formulação de burocracia de Marx e Weber, estão ligados, pois estes se utilizam do fator de que tanto a burocracia usa o Estado para seus anseios, como o Estado se utiliza da burocracia para alcançar os seus fins.

Estes também relatam o Estado como o detentor dos meios de poder utilizando-se da burocracia e dos instrumentos estatais para a manutenção do mesmo, não importando os meios utilizados por este Estado para tais resultados.

A característica do Estado fragmentado por esferas de poder tem por interesse “guarnecer com braço forte” todas as áreas de atuação deste, e trabalhar a questão da hierarquização, da facetação e partimento das áreas do domínio nas mãos de repartições regidas por estamentos pré- definidos e seguidos pelo modelo burocrático.

Nas palavras de Hegel,

A preservação do Estado e dos governados contra o abuso do poder cometido pelas autoridades e pelos funcionários, imediatamente consiste, por um lado, na hierarquia e na responsabilidade e reside, por outro lado, no reconhecimento das comunas e corporações impeditivo de que o arbítrio individual se confunda com o exercício do poder entregue aos funcionários, assim completando, vindo de baixo, a vigilância que, vinda de cima, é insuficiente quanto aos atos particulares de administração (HEGEL, 1990, p. 277).

Dessa forma, Hegel dá a entender que apesar do instrumento burocrático ser estamentado no intuito de não deixar que interesses pessoais interfiram na totalidade do trabalho, ou nos interesses gerais, há de se ter uma vigilância quanto à forma que a burocracia está sendo exercida, e conseqüentemente como está sendo exercida a dominação por parte do Estado, porém Hegel completa dizendo, que as esferas inferiores devem estar alertas e vigilantes quanto aos atos de superioridade e domínio, haja vista, que o controle que vem dos superiores destes meios não é suficiente

para evitar uma dominação arbitrária que vise interesses individuais.

A partir deste ponto, percebe-se o início do distanciamento do ideal burocrático proposto por Weber e um afastamento da “nostálgica máquina burocrática”, que tinha por objetivo aperfeiçoar e maximizar o trabalho, levando em conta para este distanciamento à percepção de que o instrumento burocrático tem o controle e a manutenção do poder, porem, seus resultados são catastróficos no que se refere à hierarquização e competência dos profissionais e quanto às atividades a serem desenvolvidas, pois o técnico que surge não sabe fazer “nada” além do que a sua “técnica” o permite, e, portanto repassa o seu título de resolução para outro técnico que tenha especialização na área desejada pelo interessado.

Cria-se assim o impasse conhecido como burocracia no âmbito comunal: amontoados de papéis repletos de formulários que não otimizam a máquina pública ou privada e sim que a atravancam de uma forma descomunal.

Portanto, pode-se dizer que o Estado se serviu da burocracia, porem, os interesses que regeram estas formulações burocráticas fizeram do Estado um braço da burocracia que o domina sem precedente, e para explicar esta dominação do Estado pelo seu instrumento de uso, citamos Marx:

A burocracia constitui o Estado imaginário, paralelo ao Estado real, é o espiritualismo do Estado. Tudo tem, portanto, dois significados, um real e outro burocrático, assim como o saber é duplo; um real e outro burocrático (o mesmo acontece com a vontade). Mas o ser real é tratado de acordo com o ser burocrático, irreal, espiritual. A burocracia ‘possui’ o ser do Estado; o ser espiritual da sociedade é a sua propriedade privada. O espírito geral da burocracia é o segredo, o mistério, guardado no seu seio pela hierarquia e no exterior pelo seu caráter de corporação fechada (MARX, 1843, p. 73).

Assim como para Maquiavel “o rei tem dois corpos”, para Marx o Estado também está dividido em dois, um real e o outro burocrático e imaginário, e ambos não funcionam se não estiverem em estrita dependência, pois o Estado burocrático controla e cerceia o Estado real em suas atitudes. Portanto, a criação para a maximização e aprimoramento do trabalho se torna nas mãos dos Estados modernos “grandes pedras sobrepostas sob as rodas do avanço”, fica então o Estado real criador e manipulador do Estado burocrático, refém dominado pelo Estado surreal, imaginário, burocrático e limitado.

Podemos vislumbrar o modo pelo qual o aumento do diálogo entre os diferentes setores produtivos das ciências humanas levanta possibilidades de avanços setoriais, que abandonam o conhecimento único e específico e passam a uma visão conjunta destas ações.

Pensando em longo prazo, a consolidação das estruturas das ciências humanas desafia a capacidade de equalização e unificação das matérias preferenciais. Assim a contínua expansão das atividades humanas apresenta tendências no sentido de aprovar a manutenção do levantamento das variáveis envolvidas e abre precedentes para a revisitação de termos que tenham pontos diferentes em matérias afins.

2 Origens e trajetórias do *bureau* + *krátos*: o exercício do poder por “funcionários de escritórios”

Quando se é denotado sobre os assuntos ligados à burocracia, imagina-se a ação de indivíduos “massivos” (que trabalham indolentemente e não executam rapidamente seus afazeres), este que acaba por criar uma cadeia de entraves que se amontoam e degradam as ações futuras dos demais indivíduos ligadas a ela ou que dos seus serviços necessitam.

A origem etimológica da palavra burocracia deita seus respaldos sobre duas línguas, que nos é importante conhecer para obter uma planificação e uma abertura para o aprimoramento do conhecimento quanto à formação e à ação da burocracia que tem a sua essência no termo francês *bureau* que é oriundo de um termo antigo: *bure*; que denota a cor escura de um tecido usado

para cobrir mesas de escritório, que com o passar do tempo passa a denominar a própria mesa do escritório *bureau*, dando assim as bases para a formulação da palavra futura; e *Kratos* que é uma palavra da língua grega cujo significado é “poder”.

Portanto, pode-se dizer que a burocracia é o poder exercido por funcionários de escritório, ou de repartições públicas, sendo que para o período de formulação da função dos termos, a ação destes indivíduos era de extrema importância, e de representatividade, visto que se trata do período da formação dos estados nacionais europeus, onde o intelectual a serviço do Estado representava e atuava para seu poder, usando dos instrumentos legais para a validação de ações distintas.

O termo *bureaucratie* (burocracia), é dado como criação do nobre economista francês, ministro do governo no século XVIII, Jean-Claude Marie Vincent, Seigneur (Marquês) de Gournay (1712-1759), que utiliza o termo para acrescer e denotar poder aos agentes governamentais que trabalhavam em escritórios e repartições públicas, poder este que era dado pelo Estado para com os indivíduos que trabalhavam com suas leis. (MENEGASSI, 2007, p. 21).

Porém, esta visão da noção de burocracia leva à quebra de paradigmas primários que denotam na burocracia um aspecto de entrave legal, ou falta de

organização governamental, uma vez que, em grande parte, falha-se quanto à aplicação do termo burocracia, haja vista, que esta ação ou formulação organizacional tem por função a criação de repartições que por regra, deveriam melhorar a ação do Estado, ou das instituições. Mas que por interpretar erroneamente o significado do termo, estas repartições aplicam a dominação, que é exercida através do uso do poder do funcionário escriturário. (PEREIRA, 1957).

Também é importante ressaltar que por mais que a burocracia como conceito veio a ser conhecida somente no século XVIII, suas ações já eram vistas desde a antiguidade clássica, e em alguns casos *a anteori*, tendo sido criada através de mecanismos de observação, de cerceamentos e controle no crescente fértil, dando ao soberano uma forma de centralização do poder e ao mesmo tempo uma divisão das atividades em células, a celularização que perpassou os séculos, e foi adaptada aos modelos burocráticos e governamentais de distintos grupos, tornando-se objeto indispensável na manutenção do poder por parte do Estado de modo geral.

Rapidamente, a forma burocrática de Administração alastrou-se por todos os tipos de organizações humanas, como indústrias, empresas de prestação de serviços, repartições públicas e órgãos governamentais, organizações educacionais, militares, religiosas, filantrópicas etc., em uma crescente burocratização da sociedade. O

século XX representa o século da burocracia (CHIAVENATO 2003, p. 254):

Partindo-se das palavras de Chiavenato, pode-se pressupor o avanço burocrático que se sucede com o passar dos anos nas instituições oficiais e também nas oficiosas¹, vindo a ser então denominado o século XX, “o século da burocracia”, burocracia esta, que por certo não é fruto apenas do conturbado século XX e sim de um longo processo de apropriação das normas burocráticas, e das demonstrações e ações de poder por estas empregadas.

As ações burocráticas deixam de ser uma exclusividade estatal e passam a ser empregadas nas empresas privadas e consecutivamente na vida e vivência dos grupos humanos que a ela são submetidos.

Estas ações desencadeiam uma formulação de poder que leva ao domínio do indivíduo, posto que o sistema burocrático esteja envolto em uma metodologia baseada em regras e funções. Em outros termos, isto significa que o sistema burocrático formula e incute no indivíduo um caráter variante que atenda aos seus anseios e que possa ser moldável.

Sendo assim o que a priori apresentava apenas uma tentativa de melhorar as ações de trabalho de instituições variantes agora exerce uma ação de

poder, vigilância e punição para com o indivíduo nela participante, o trabalho do “bureal+kratos” passa a ser absorvido e utilizado para a execução das ações burocráticas, porém, este não representa mais o dominador ou o trabalhador de escritório com poder e sim o reformulador dos modelos que permeiam o campo da dominação. Assim, quando Maximiano fala sobre as ações da burocracia citando Max Weber, ressalta os meios pelos quais as instituições modernas, entre elas o Estado geral de direito civil, se valem para apropriarem-se do direito de dominação burocrática do indivíduo.

Considerações finais

Esta pesquisa nos conduziu a concluir que a sociedade atual exerce preponderantemente uma visão “errônea” sobre as ações da burocracia e das instituições quando denota a esta apenas o caráter de entraves legais, haja vista, que a burocracia e as instituições são instrumentos do Estado e da própria sociedade para a consolidação da ordem e da lei como ponto focal destes.

Este Estado arbitrário não é um Estado desenvolvido pela vontade dos governantes e das instituições, sendo que a formulação referente à burocratização se mostra

¹ Oficiais: que pertencem ao governo; Oficiosas: de cunho particular ou secundário.

como um emaranhado político e social, que está imbuído no âmbito humano e social, tornando-se assim necessário para a vivência comum dos homens.

O que nos é possível executar quanto a estas não é a destituição das ações da burocracia, mais a criação de pontos que possam através de novas leis circular e abandonar determinados modos burocráticos, para

uma reformulação de tais ações e o desenvolvimento da “nova estrutura” burocrática, que ditará as novas ações de tal sociedade.

Este nosso artigo representa apenas um ponto inicial neste vasto universo conceitual de caráter interdisciplinar o qual pretendemos aprofundar em outros textos.

Referências

- BOBBIO, NORBERTO. *Dicionário de política I*. Norberto Bobbio; Nicolas Matteucci e Gianfranco Pasquini; trad. Carmen C.. Brasília: ed. Universidade de Brasília, vol. 1, 1998.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações*. 7. ed. Ver. E atual. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 – 2ª Reimpressão.
- DESCIMON, Robert. SCHAUB, Jean-Frédéric. VINCENT, Bernard (dir.). *Les figures de L'Administrateur. Institutions, réseaux, pouvoirs en Espagne, en France et au Portugal. 16e-19e siècle*. Paris: Éditions de L'École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1997. Trad.: (DESCIMON, Robert. SCHAUB, Jean-Frédéric. VINCENT, Bernard (eds). *As Figuras de O administrador. Instituições, redes, autoridades na Espanha, na França e em Portugal. 16 - século 19*. Paris: Editions de A Escola de Altos Estudos pol Sciences Sociales, 1997).
- HEGEDUS, Andras, *Dicionário Do Pensamento Social do Século XX*. William Outhwaite, Tom Battomore. Sociologia/burocracia: Ed. Zahar, 1996, p. 51.
- HEGEL, G. F. W. *Princípio de filosofia do direito*. Lisboa: Guimaraes, 1990.
- MARX, Karl. *Crítica a filosofia do direito de Hegel*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.
- MAXIMIANO, Antônio C. *Teoria geral da administração: da escola científica a competitividade em economia globalizada*. São Paulo: Atlas, 2000.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, *A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. São Paulo: Companhia das letras. Publicação original em 1957.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Administração, Poder e Ideologia*. São Paulo: ed. UNESP, 2005.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. 2. V. Brasília: UnB, 1999.